As revoluções sociais não são feitas pelos indivíduos, pelos «grandes personagens», por muito brilhantes ou heróicos que sejam. As revoluções sociais são feitas pelas massas populares. Sem a participação das grandes massas não há revolução. É por isso que uma das tarefas mais urgentes neste momento é que os trabalhadores se eduquem, elevem o seu nível de consciência, se capacitem para responder às novas responsabilidades que surgem dentro do processo revolucionário que o nosso país vive.

Esta série de Cadernos de Educação Popular (CEP) propõe-se precisamente fornecer, sob uma forma acessível e ao mesmo tempo rigorosa, os instrumentos teóricos mais importantes para compreendermos o processo de modificação social e podermos delinear quais devem ser as características da nova sociedade que queremos construir.

Os sete primeiros títulos desta série são os seguintes:

1 — Explorados e Exploradores
2 — Exploração Capitalista
3 — Monopólios e Miséria
4 — Luta de Classes
5 — Imperialismo e Dependência
6 — Capitalismo e Socialismo
7 — Socialismo e Comunismo

**Destes cadernos venderam-se centenas de milhares senão mais de meio milhão na América Latina.**

**Talve se trate da melhor obra existente de educação política popular.**

INICIATIVAS EDITORIAIS

Av. Rio de Janeiro, 6, s/cave, Esq. - Telef. 72 40 51 - Lisboa 5

2

# EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

MARTA HARNECKER
GABRIELA URIBE

3.ª edição

Adaptação à realidade portuguesa por um grupo de trabalho

CEP

CADERNOS POLÍTICOS DE EDUCAÇÃO POPULAR

CADERNOS POLÍTICOS DE EDUCAÇÃO POPULAR

# EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

MARTA HARNECKER
GABRIELA URIBE

3.ª edição

Adaptação à realidade portuguesa
por um grupo de trabalho

INICIATIVAS EDITORIAIS

Direitos reservados a Iniciativas Editoriais
Tradução e adaptação: Maria José (pseudónimo de uma equipa de trabalho)

# ESQUEMA

**INTRODUÇÃO**

**PRIMEIRA PARTE:** O VALOR NA TROCA SIMPLES

1. **A divisão do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção; condições da economia baseada na troca.**

   O trabalho de autosubsistência nos povos primitivos. A divisão do trabalho e a troca de mercadorias nas grandes cidades modernas. O conceito de troca de mercadorias, de mercadorias e de troca simples.

2. **O papel desempenhado pelos preços dos produtos na economia.**

   Os preços não se podem explicar nem pela qualidade, nem pela utilidade, nem pela oferta e procura.

3. **O custo de produção.**

   Os elementos que entram na produção de uma mercadoria e o cálculo do custo de produção.

4. **Valor e trabalho socialmente necessário.**

   O trabalho, origem de todo o valor. A lei do valor, lei que rege a troca de mercadorias. A medida do valor, o tempo de trabalho socialmente necessário. O conceito de valor.

SEGUNDA PARTE: A MAIS-VALIA NA ECONOMIA CAPITALISTA

1. A impossibilidade de obter mais-valia por meio da troca.

2. A força de trabalho como mercadorias e o seu valor.

   Condições necessárias para que surja a força de trabalho como mercadoria. A maneira de calcular a força de trabalho.

3. A formação da mais-valia.

   A força de trabalho e a criação do valor. O conceito de mais-valia. Tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho suplementar.

4. O capital como factor de produção.

   O conceito de capital. Capital constante e capital variável.

5. A mais-valia absoluta e relativa.

   As formas diferentes através das quais os capitalistas conseguem obter cada vez mais lucros.

CONCLUSÃO

RESUMO DO TEXTO

QUESTIONÁRIO

BIBLIOGRAFIA



# INTRODUÇÃO

O capitalismo representa um grande avanço no desenvolvimento da sociedade, em comparação com os sistemas sociais anteriores. Isto faz com que o sistema capitalista apareça como o único sistema capaz de proporcionar ao homem o maior bem-estar possível. No entanto basta-nos observar a realidade da sociedade capitalista para nos darmos conta de que não é assim.

Se pensarmos no extraordinário aumento de capacidade produtiva que se atingiu neste sistema, concluiremos que dele deveria ter resultado a abolição das privações e da miséria. Mas não foi esse o resultado, nem mesmo nos Estados Unidos, o país capitalista mais avançado e mais rico do mundo.

Nos Estados Unidos, tal como em qualquer país capitalista, existe fome no meio da abundância, pobreza no meio da riqueza.

Tem de existir algo de fundamentalmente errado num sistema económico em que existem tais contrastes.

Efectivamente, alguma coisa está mal. O sistema capitalista é ineficaz e destrutivo, irracional e injusto.

É ineficaz e destrutivo, porque mesmo nos anos em que funciona melhor uma quarta parte da sua capacidade de produção não está a ser utilizada.

É ineficaz e destrutivo porque periodicamente está em crise, em inflação ou em deflação. E quando chega a crise já não é um quarto mas mais de metade da capacidade produtiva que fica paralizada.

Os mais velhos recordam-se da crise de 1930 durante a qual o mundo capitalista atravessou a miséria mais espantosa. Já estamos todos habituados à inflação e ao desemprego periódicos.

O sistema capitalista é ineficaz e destrutivo porque é incapaz de dar trabalho útil a todos os homens e mulheres que o desejam e ao mesmo tempo permite que milhares de pessoas física e mentalmente sãs vivam sem nunca terem trabalhado. É incapaz de desenvolver os recursos do país, de aproveitar a totalidade do potencial humano, é incapaz de resolver a contradição da existência de terras incultas ao lado de camponeses sem terra.

É ineficaz e destrutivo, porque ocupa muitos homens e equipamento na produção dos bens de luxo mais extrava-

gantes, não produzindo os bens mais elementares para a vida do povo.

É ineficaz e destrutivo porque, no delírio de aumentar os preços e os lucros, em vez de satisfazer as necessidades humanas, destrói as colheitas e os bens em geral para lhes aumentar a procura e assim subir os preços.

Se bem que seja incrível, no Brasil chegou-se a queimar colheitas inteiras de café. Noutros países, deita-se leite aos rios ou deixa-se apodrecer a fruta nas árvores para conseguir aumentar os lucros vendendo mais caro.

Mas a maior fonte de desperdício e dissipação de bens do capitalismo é a guerra.

Como a economia capitalista funciona com muita dificuldade em situações de paz, os capitalistas conseguem revitalizar a actividade económica recorrendo ao armamento e à guerra. Na guerra, e somente na guerra, o capitalismo consegue dar trabalho aos seus milhões de desempregados, utilizar as máquinas e os materiais, fazer trabalhar a todo o vapor a economia.

Mas qual é o preço desta actividade? A destruição mais espantosa! A destruição das esperanças e sonhos de milhões de seres humanos; a destruição de milhares de escolas, hospitais, linhas de caminho-de-ferro, pontes, portos, minas, redes eléctricas; a destruição de milhares de quilómetros quadrados de terras cultivadas e bosques.

Quanto mais desenvolvido se encontra um país capitalista, mais se acentuam os males assinalados.

Esta ineficácia e destruição não é um simples defeito que se possa corrigir, mas sim uma característica da natureza do sistema capitalista. Estes males só desaparecerão quando o sistema capitalista for varrido da face da Terra.

Mas para que isto seja possível, para que os homens sejam capazes de destruir este sistema e substituí-lo por outro que ultrapasse definitivamente estas contradições, não basta enumerar as contradições que vemos no sistema capitalista. É necessário conhecer-lhes as causas profundas.

Neste Caderno de Educação Popular, propomo-nos estudar o mecanismo fundamental que explica porque é que na sociedade capitalista existe um pequeno grupo de pessoas que possui tantas riquezas e goza uma vida fácil, enquanto a grande maioria dos trabalhadores vive numa situação muito difcil, tendo em muitos casos apenas o que necessita para comer (1).

(1) Outros aspectos e contradições do sistema capitalista de produção serão desenvolvidos nos próximos Cadernos de Educação Popular.



De onde vem a grande riqueza deste grupo minoritário? Qual a origem da pobreza do grupo maioritário?

Para responder a estas perguntas precisamos de dar uma grande volta, começando pelo estudo dum sistema económico muitos simples, até chegar ao complexo sistema capitalista.

Descobrir as verdadeiras causas, a chave da exploração capitalista, não é uma tarefa fácil. Mas contamos com um instrumento poderoso para o fazer: a teoria marxista da sociedade. Temos então que nos aplicar paciente e perseverantemente a este estudo que nos permitirá compreender a sociedade para a transformar (2).

(2) Grande parte desta introdução foi tirada do livro de Leo Huberman, «Princípios Elementares do Socialismo».





## PRIMEIRA PARTE: O VALOR NA TROCA SIMPLES

### 1. A divisão do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção; condições da economia baseada na troca.

Nos mais longínquos lugares da América Latina encontramos grupos de homens, na maior parte indígenas, que obtêm o que necessitam para viver apenas por meio do seu próprio trabalho; fazem o pão com o trigo que eles mesmo semearam, vestem-se com panos tecidos à mão com a lã dos animais que criam, constroem as casas com a madeira dos bosques e com o barro da zona onde habitam, etc.

Isto é totalmente diferente do que acontece nas grandes cidades.

Nestas, os trabalhadores, para satisfazerem as suas necessidades, precisam de comprar uma série de objectos que não produzem: alimentos, vestuário, etc. Estas coisas foram produzidas pelo trabalho de muitos outros homens.

Nas grandes cidades existe uma **grande divisão do trabalho**; cada homem tem a sua tarefa específica: operário metalúrgico, da construção civil, têxtil, da indústria da panificação, etc.

Pelo seu trabalho os operários recebem um salário com o qual compram os produtos de que necessitam para viver. E como estes bens foram produzidos por outros trabalhadores, nas grandes cidades, os trabalhadores dum sector ou ramo da produção dependem dos trabalhadores dos outros sectores de produção.

Quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho, mais cresce a interdependência dos diferentes sectores da produção.

Ora bem, **como se processa a relação entre os diferentes sectores da produção?**

Como se trata de centros de produção separados uns dos outros, porque pertencem a proprietários distintos, para poderem relacionar-se entre si têm que recorrer ao mercado, quer dizer, têm que pôr os produtos à venda e esperar que os interessados os comprem. Uma fábrica de tecidos, por exemplo, não tem nenhuma relação com uma fábrica de confecções. Para que estes dois centros de produção se relacionem entre si, o proprietário da fábrica de tecidos vendê-los-á no mercado e o proprietário da fábrica de confecções terá que comprar esses para fazer os fatos.

Por isso, enquanto existir **propriedade privada dos meios de produção** ([3]) a única forma de relacionar entre si os diferentes centros de produção é através da troca dos produtos no mercado.

**Chama-se troca de mercadorias à compra e venda dos produtos no mercado.**
**Chama-se mercadoria às coisas que se trocam no mercado.**

A troca de mercadorias existe pelo facto dos compradores acorrerem ao mercado para comprar produtos de que necessitam para viver, para satisfação das necessidades de alimentação, vestuário, utensílios, etc. Os produtores de cada uma destas

([3]) Entendemos por meios de produção os elementos materiais que tornam possível o trabalho: matéria bruta ou prima, instrumentos, máquinas, locais de trabalho.







mercadorias levam-nas ao mercado porque sabem que estas têm utilidade para os compradores.

Nenhum produtor se lembra de produzir uma mercadoria sem pensar antes que utilidade ela terá para os outros.

Por isso, para que um produto se transforme numa mercadoria, quer dizer, para que valha a pena levar um produto ao mercado, tem que ser uma coisa útil, tem que ter determinada utilidade para a pessoa que o vai comprar. Se o produto não corresponder a nenhuma necessidade humana, ninguém o comprará. Ninguém compraria, por exemplo, lixo.

Por último, devemos esclarecer que não basta um produto ser útil para poder ser considerado mercadoria. O ar, a água do mar, etc., são coisas úteis, mas não são mercadorias, porque não se vendem no mercado. Pela mesma razão, também não é mercadoria uns calções que uma mãe faça para o filho.

Ora bem, o objectivo deste Caderno é compreender como se produz a exploração no sistema capitalista, que é um sistema que funciona através da troca de mercadorias. Para facilitar o estudo deste sistema, começaremos por estudar a forma mais simples em que se dá a troca de mercadorias. É a troca que existe entre os **produtores independentes** que são **proprietários dos meios de produção**, com os quais eles próprios trabalham de **maneira individual vendendo por sua conta** os produtos no mercado.

Um exemplo: o camponês dono dum pedaço de terra, trabalhando-a, obtém uma certa quantidade de trigo que leva directamente ao mercado para obter com a venda dinheiro que lhe permita comprar outras coisas de que necessita, por exemplo, uma cadeira que é produzida por um carpinteiro na sua própria oficina. A esta forma de troca chama-se troca simples de mercadorias.





**Chama-se troca simples de mercadorias à compra e venda de mercadorias produzidas pelo trabalho individual do proprietário dos meios de produção.**

2. **O papel que desempenham na economia os preços dos produtos.**

**Na troca simples de mercadorias, os produtores apresentam-se no mercado na qualidade de proprietários dos produtos e não se separam deles a não ser que os possam trocar por coisas úteis produzidas por outros produtores.**

Por exemplo, um camponês que leva o seu trigo ao mercado, vende-o para conseguir produtos como o açúcar, chá, fósforos, etc., de que necessita para subsistir.

Ora bem, como proprietários individuais das mercadorias prosseguem fins individuais, procuram sempre vender ao preço mas alto.

**Mas poderão os proprietários individualmente satisfazer o desejo de vender o mais caro possível, fixando os preços a seu bel-prazer?**

Para responder a esta pergunta, vejamos do que dependem os preços. O que é que determina que uma coisa custe um preço e outra um preço diferente?

Vejamos o que se passa quando o camponês vai ao mercado comprar um par de sapatos. O vendedor oferece-lhe vários tipos de sapatos a preços diferentes. Se lhe perguntarmos porque é que um par de sapatos vale mais que outro, responder-nos-á que um é de melhor qualidade e por isso de maior duração.

**Mas os preços explicar-se-ão pela qualidade e duração das coisas?**

Vejamos se isto é assim comparando um par de sapatos com outro objecto, por exemplo, um prato. Este objecto custa mais barato que um par de sapatos e no entanto, se for de ferro ou de madeira pode durar muito mais.

**Quererá isto dizer que o preço depende da utilidade duma coisa?**

Tomando o exemplo seguinte, ficará claro para nós que também isto não serve de explicação O pão é muito mais útil e necessário ao homem que os diamantes, e no entanto estes são infinitamente mais caros.

Por outro lado, a mesma coisa pode ter uma utilidade diferente para cada comprador. Um mesmo par



de calças pode ser de muito mais utilidade para um operário que só tenha esse par, do que para um empregado de escritório que tenha mais meia dúzia de pares.

É pois difícil determinar qual a utilidade que possa ter um certo produto.

No entanto pode dizer-se que, se bem que não seja possível calcular a utilidade dum produto, em contrapartida é fácil determinar quantas pessoas querem comprar um produto e quantas querem vender esse mesmo produto.

Não se pode determinar quantas vezes é mais útil o pão que os sapatos, mas pode determinar-se por exemplo quantas pessoas compraram hoje sapatos número quarenta.

Se houver dez pares de sapatos e vierem vinte pessoas, isto significará que a procura é superior à oferta. Se, pelo contrário, houver vinte pares e vierem dez pessoas, a oferta será maior que a procura.

**Não será então por meio da oferta e da procura que se fixam os preços no mercado?**

É ou não verdade que o preço do leite sobe quando há falta de leite? Não é verdade que a fruta é mais cara no princípio da época, para ir depois baixando sempre?

Não podemos negar que a oferta e a procura influem nos preços, mas poderá apenas isto explicar o preço duma mercadoria?

Se assim fosse, duas coisas que tivessem a mesma procura deveriam ter o mesmo preço.

Por exemplo, se existissem 100 kg de açúcar no mercado, e a procura fosse de 50, e se por outro lado existissem 10 pares de sapatos e a procura fosse apenas de 5 é bastante claro que nos dois casos a procura é metade da oferta, mas não é por isso que os sapatos têm o mesmo preço que o quilo de açúcar.

A lei da oferta e da procura poderá explicar as pequenas variações dos preços, por exemplo, porque é que o quilo de açúcar custa hoje mais um escudo, porque é que os sapatos baixaram de preço no fim da estação. Mas não nos explicará nunca porque é que o açúcar vale uma certa quantidade de escudos e os sapatos valem outra muito maior. Por isso, a lei da oferta e da procura não pode indicar-nos porque é que uma mercadoria vale mais que outra, porque é que posso comprar vários quilos de açúcar com o dinheiro com que compraria apenas um par de sapatos.

## 3. O custo de produção

Até aqui temos visto que os preços não se podem explicar unicamente nem pela qualidade, nem pela utilidade, nem pela oferta e procura. Então o que é que determina os preços?

Se pedirmos a um vendedor de cadeiras que nos baixe o preço, o que é que ele nos responde? Que não pode baixar porque gastou mais dinheiro a fazer as cadeiras do que aquele que por elas lhe estamos a oferecer.

**Quer isto dizer que o preço das mercadorias é determinado pelo custo da produção?**

Para resolver esta pergunta tomemos um exemplo concreto: uma costureira que faz em casa vestidos para vender.

Qual é o custo de produção dos vestidos que faz?

Precisa de gastar dinheiro com tecidos, linhas, botões; precisa de gastar dinheiro com a renda da



casa onde cose, em luz e aquecimento, e gasta ainda dinheiro para compensar o desgaste da máquina com o uso. Se a máquina de coser vale 1500$00 e fica inutilizada depois de coser 500 vestidos, a costureira deverá contar como gasto por cada vestido que fizer três escudos, para poder repor a máquina quando esta ficar inutilizada. É então a soma destes gastos que determina o preço dum produto? Não, porque se assim fosse, isso queria dizer que não se pagava nada pelo trabalho da costureira e que esta morreria de fome. Se a costureira leva um dia inteiro para fazer um vestido, precisa de receber pelo seu trabalho pelo menos uma quantia de dinheiro suficiente para comprar os produtos que ela não produz e dos quais necessita para viver.

Para poder manter-se tem por conseguinte de vender o produto do seu trabalho (os vestidos) e obter o dinheiro que lhe permita comprar os produtos que resultam de outros homens.

Assim, o preço do vestido deverá ter em conta os seguintes elementos:

| | | |
|---|---|---|
| 120$ — tecidos | matérias-primas | meios de produção |
| 10$ — botões | | |
| 10$ — linhas | | |
| 3$ — desgaste da máquina de coser | instrumentos de produção | |
| 2$ — electricidade | | |
| 2$ — aquecimento | | |
| 4$ — aluguer da casa | | |
| 130$ — trabalho da costureira | | |
| 281$ | | |

Ora bem, a costureira irá vender o vestido por um preço maior do que custa a sua produçao e conseguirá vendê-lo se a procura de vestidos for maior que a oferta. Mas então todas as costureiras se meterão a fazer vestidos, depressa haverá mais oferta de vestidos no mercado do que procura, e assim os preços voltarão a baixar.

Vemos, por isso, que existem variações de preços que dependem das variações da oferta e da procura, mas vemos também que essas variações não se afastam muito do custo de produção dos produtos.

**Podemos então dizer que o preço se determina através do custo de produção?**

No caso do vestido parece que assim é, segundo o nosso cálculo. Mas, que acontece se perguntarmos pelo preço dos outros elementos que a costureira tem que comprar para fazer o vestido, como o tecido, a máquina de coser, os botões, etc.?

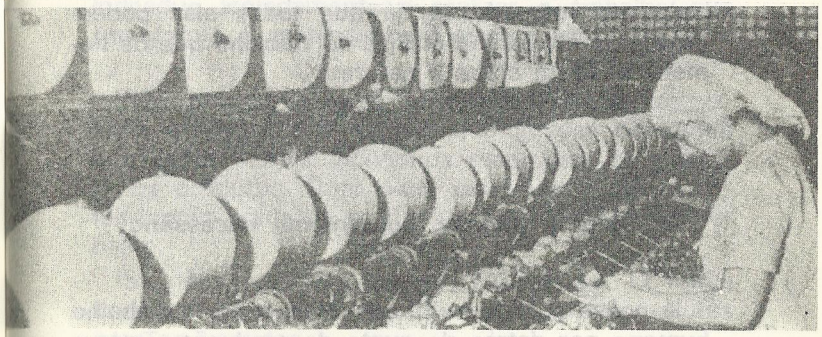
Se analisarmos cada um deles, por exemplo, começando pelo tecido, temos que ter em conta os mesmos elementos anteriores: os meios de produção, (neste caso a lã, o desgaste dos teares, a renda da casa, etc.) e uma certa quantidade de trabalho (neste caso o trabalho do operário têxtil). Se fizermos agora a mesma análise e nos interrogarmos sobre o preço da lã, por exemplo, temos que voltar a considerar os mesmos elementos: meios de produção e uma certa quantidade de trabalho, até chegarmos à conclusão que esta cadeia termina com o trabalho que realiza o guardador das ovelhas.

O mesmo acontece com todos os outros elementos materiais que devemos ter em conta no custo de produção do vestido. No caso da máquina de coser, por exemplo, temos que ir até ao trabalho do mineiro que extrai o ferro do subsolo.

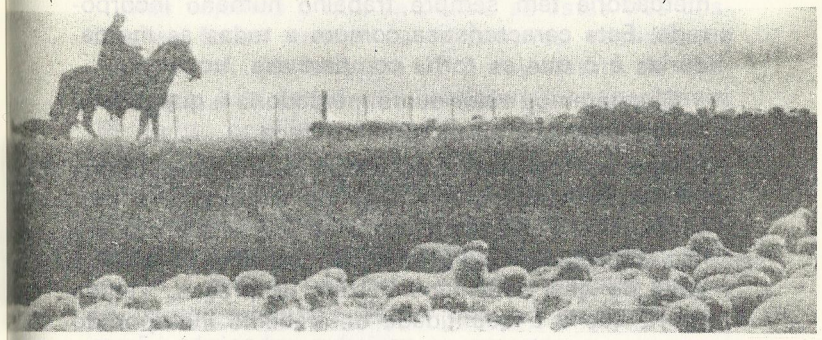


# GÉNERO

MEIOS DE PRODUÇÃO E TRABALHO HUMANO



MEIOS DE PRODUÇÃO E TRABALHO HUMANO



TRABALHO HUMANO



Por tudo isto, vemos que ao calcular o preço das mercadorias de acordo com o custo de produção, o que fazemos é **medir o trabalho que foi incorporado nas mercadorias**, já que todas elas podem reduzir-se em última análise ao trabalho que os homens realizam sobre a natureza.

## 4. Valor e trabalho socialmente necessário

A nossa análise levou-nos a descobrir **o trabalho humano por detrás do custo de produção.** Toda a mercadoria tem sempre trabalho humano incorporado. Esta característica comum a todas as mercadorias é o que as torna comparáveis, trocáveis.

Chamaremos **valor** duma mercadoria à **quantidade de trabalho** que ela tem incorporada.

Nos pontos anteriores vimos que o preço duma mercadoria pode variar segundo a oferta e a procura, mas vimos também que a oferta e a procura não conseguem explicar a que se deve o nível à volta do qual sobem ou baixam os preços. Vemos agora que é a quantidade de trabalho incorporado nas mercadorias, quer dizer, o seu valor, que determina o nível à volta do qual variam os preços.

Chamaremos LEI DO VALOR à lei que rege a troca de mercadorias. Ela exprime o facto desta troca ser orientada em última análise pela quantidade de trabalho incorporado nas mercadorias. Se uma mercadoria vale duas vezes mais que outra é porque tem o dobro do trabalho da outra.

Afirmámos que o valor duma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho nela incorporado.



**Mas que trabalho devemos considerar na produção duma mercadoria? Devemos considerar o trabalho individual isto é, o tempo gasto por cada indivíduo isoladamente a realizar o trabalho que transforma a matéria-prima em produto?**

Não, porque se assim fosse existiriam tantos valores quantas as diferentes quantidades de tempo que os diferentes indivíduos empregam ao produzir os produtos. Quer dizer existiriam tantos valores, como graus de produtividade individual no trabalho.

Se uma costureira faz um vestido em 12 horas outra em 16 e outra em 18, existiriam três valores para os vestidos.

Mas vejamos o que se passa, se estas três costureiras forem vender os respectivos vestidos no mercado. A que trabalha 18 horas tratará de vendê-lo por um preço que lhe permita pagar essas 18 horas; ora bem, as outras, ao verem que ela vende por um preço mais alto tratarão de vender por esse mesmo preço, ganhando mais dinheiro com menos trabalho. Então muitas outras costureiras, atraídas pelo alto preço dos vestidos, por-se-ão a confeccioná-los, mas como passam a existir muitos produtos desse tipo no mercado, ver-se-ão obrigadas a baixar os preços.

Supondo que a oferta e a procura são iguais, quer dizer, supondo que se produzem tantos vestidos quantos os que a sociedade necessita, por que preço se venderão os vestidos? Pelo que resulta da maior quantidade de horas de trabalho ou pelo preço que resulta da menor quantidade de horas?

O valor não se calcula tendo em conta a maior quantidade de trabalho, nem a menor quantidade de trabalho, mas sim calculando a quantidade média de trabalho.

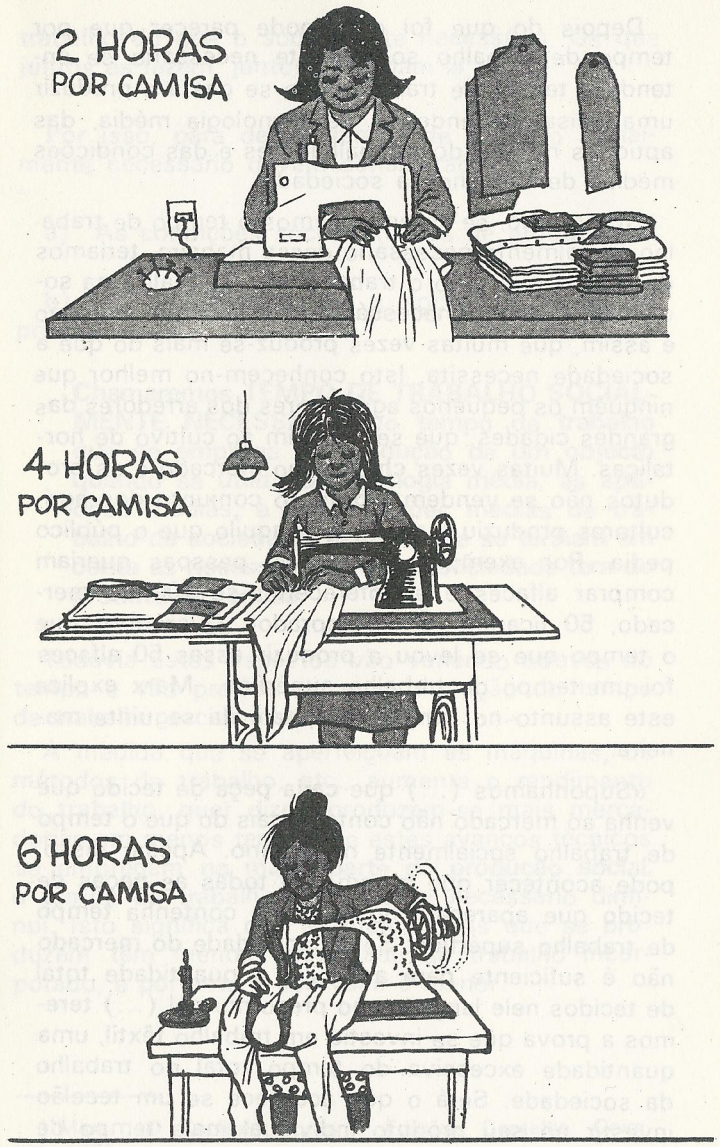
Mas como se calcula a quantidade média de trabalho?

Tomemos um exemplo. A sociedade necessita de 1000 camisas. Estas são produzidas por 110 costureiras que demoram tempos diferentes a produzi-las. Há um pequeno grupo de costureiras jovens que demora 2 horas a produzir uma camisa porque tem máquinas de coser eléctricas. Outro grupo, com máquinas menos modernas, só consegue fazer uma camisa em quatro horas. Por fim, um grupo numeroso de costureiras de mais idade, que trabalha com máquinas antigas e com métodos de trabalho desordenados, demora 6 horas para fazer uma camisa.

| Número de costureiras por grupo | Quantidade de camisas por costureira | Produção total de camisas | Tempo de trabalho por camisa | Total de horas de trabalho |
|---|---|---|---|---|
| 20 | 20 | 400 | 2 HORAS CADA CAMISA | 800 |
| 30 | 10 | 300 | 4 HORAS CADA CAMISA | 1200 |
| 60 | 5 | 300 | 6 HORAS CADA CAMISA | 1800 |
| PRODUÇÃO SOCIAL 1000 CAMISAS EM 3800 HORAS | | | | |
| 1 CAMISA EM 3 HORAS E 48 MINUTOS | | | | |

Segundo este quadro a produção de 1000 camisas necessárias à sociedade foi realizada em 3800 horas. Se dividirmos as 3800 horas pelo número de camisas que se fizeram (3800:1000) obtemos um tempo médio de trabalho de 3,8 horas por camisa, quer dizer, 3 horas e 48 minutos. Este será o tempo socialmente necessário para produzir as camisas.





Depois do que foi dito, pode parecer que por tempo de trabalho socialmente necessário se entende o tempo de trabalho que se gasta a produzir uma coisa, dependendo da tecnologia média, das aptidões médias dos trabalhadores e das condições médias de trabalho na sociedade.

No entanto, se entendessemos o tempo de trabalho socialmente necessário dessa maneira, teríamos de aceitar que todo o trabalho que se realiza na sociedade é **sempre necessário**. Mas sabemos que não é assim, que muitas vezes produz-se mais do que a sociedade necessita. Isto conhecem-no melhor que ninguém os pequenos agricultores dos arredores das grandes cidades, que se dedicam ao cultivo de hortaliças. Muitas vezes chegam ao mercado e os produtos não se vendem, porque o conjunto dos agricultores produziu mais do que aquilo que o público pedia. Por exemplo, apenas 50 pessoas queriam comprar alfaces e ao oferecerem-se 100 no mercado, 50 ficaram sem comprador. Quer dizer que o tempo que se levou a produzir essas 50 alfaces foi um tempo de trabalho supérfluo. Marx explica este assunto no livro «O Capital» da seguinte maneira:

«Suponhamos (...) que cada peça de tecido que venha ao mercado não contém mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário. Apesar disso, pode acontecer que a soma de todas as peças de tecido que apareçam no mercado contenha tempo de trabalho supérfluo. Se a capacidade do mercado não é suficiente para assimilar a quantidade total de tecidos nele lançados ao preço normal (...) teremos a prova que se investiu em trabalho têxtil, uma quantidade excessiva do tempo total do trabalho da sociedade. Será o que acontece se um tecelão investir no seu produto individual mais tempo de



trabalho do que o socialmente necessário. Os que juntos as fazem, juntos as pagam [4]».

Por isso, para definir tempo de trabalho socialmente necessário devem considerar-se:

a) As condições sociais médias de produção.

b) A necessidade que a sociedade tenha do produto.

> **Chamaremos TEMPO DE TRABALHO SOCIALMENTE NECESSÁRIO ao tempo de trabalho que se emprega na produção de um objecto quando se utiliza a tecnologia média, as aptidões médias, e as condições médias de trabalho da sociedade, sempre que se tenham em conta as necessidades que a sociedade tem do produto em causa.**

Todavia estes aspectos vão variando através do tempo e vão produzindo uma alteração do tempo de trabalho socialmente necessário.

À medida que se aperfeiçoam as máquinas, os métodos de trabalho, etc., aumenta o rendimento do trabalho, quer dizer, produzem-se mais mercadorias em menos tempo. Se estes avanços técnicos se empregam **na maior parte da produção social**, o tempo de trabalho socialmente necessário diminui. Isto significa que as mercadorias que se produzem têm menos quantidade de trabalho incorporado, e portanto o seu valor é menor.

---

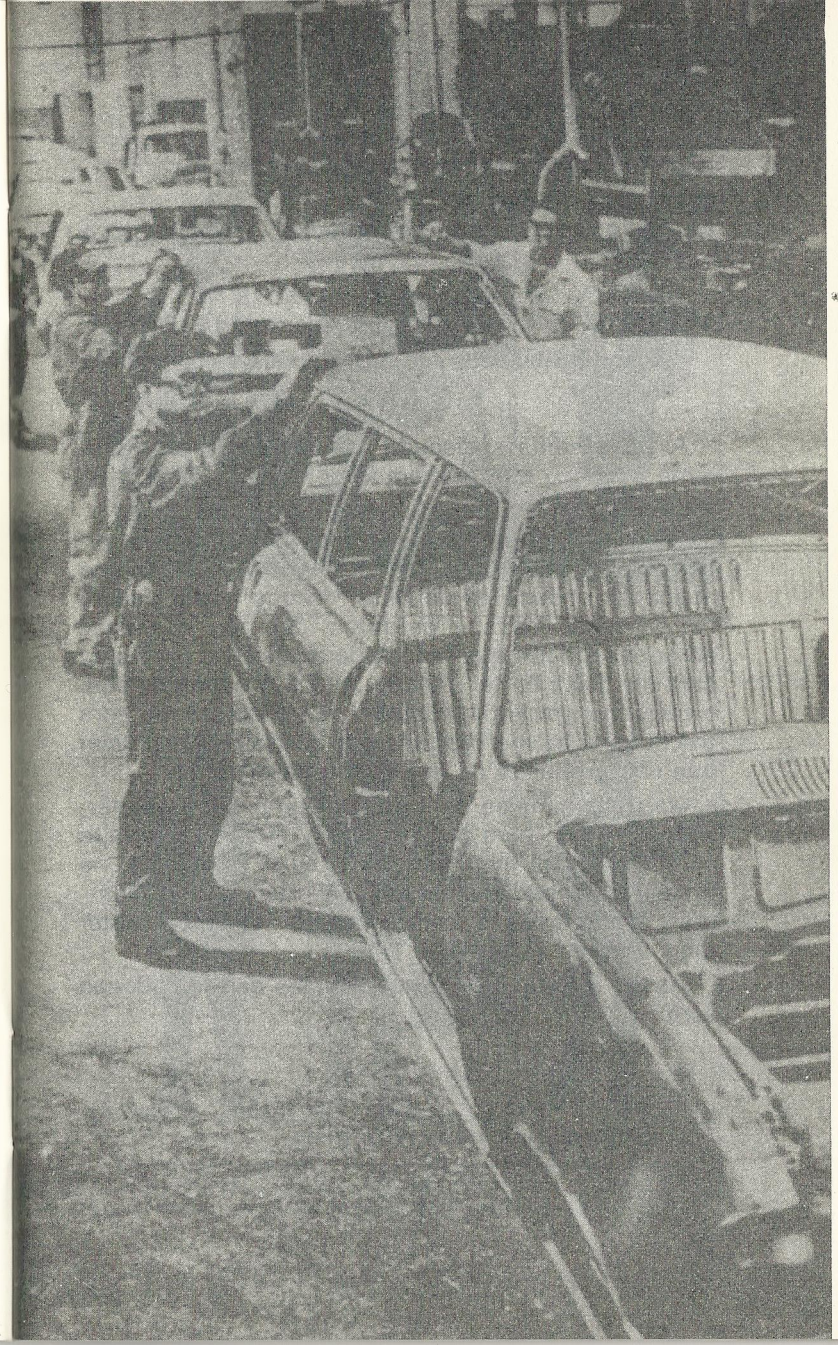
[4] Marx: «O Capital», tomo I, Edições Centelha, Coimbra, 1974.

De maneira que, à medida que se desenvolve o progresso técnico e este se generaliza a toda a sociedade vai-se produzindo uma diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário e por consequência, uma diminuição geral do valor das mercadorias, o que leva os preços a baixarem.

Agora podemos definir de forma mais precisa o conceito de valor:

> **Chamaremos VALOR à quantidade de trabalho socialmente necessário incorporando numa mercadoria.**





## SEGUNDA PARTE:
## A MAIS-VALIA NA ECONOMIA CAPITALISTA

### A impossibilidade de obter mais-valia através da troca

A troca numa sociedade capitalista é muito diferente da troca que acabamos de analisar, isto é, da troca simples de mercadorias.

Na economia capitalista, o que interessa ao capitalista é que a venda dos produtos lhe traga uma **maior** quantidade de dinheiro, do que a que gastou na produção desses produtos. Se não consegue obter essa maior quantidade de dinheiro, a produção para ele deixa de ter sentido. Isto não acontece com o pequeno produtor independente, que produz para trocar as suas mercadorias por outras de igual valor que não produz, e de que necessita para viver.

Na troca simples de mercadorias vendem-se mercadorias (M), para obter dinheiro (D) que permite comprar outras mercadorias de igual valor (M); na troca capitalista tem-se dinheiro que permite comprar mercadorias e com elas por sua vez obter mais dinheiro (D + d)

Assim a fórmula da troca simples de mercadorias será:

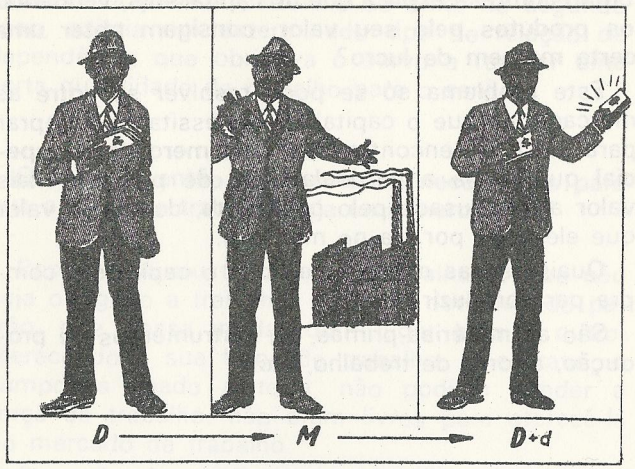
$$M \rightarrow D \rightarrow M$$

E a fórmula da troca capitalista

$$D \rightarrow M \rightarrow D + d$$





Ora bem, a primeira pergunta que surge é: donde tira o capitalista esta maior quantidade de dinheiro?

**Será que provém duma alta dos preços, quer dizer, da venda das mercadorias acima do seu valor?**

Se os capitalistas fossem um grupo que só vendesse e nunca tivesse que comprar, talvez a coisa se pudesse explicar assim. Mas a realidade é diferente; o capitalista ao mesmo tempo que **vende** os produtos, tem que **comprar** outros produtos para poder produzir. Tem que comprar matérias-primas e instrumentos de produção a outros capitalistas que os produzem. Pois bem, se também estes subissem os preços, produzir-se-ia uma espécie de compensação entre todos os capitalistas da sociedade. O que ganhassem como vendedores perderiam como compradores.

Portando, o lucro que o capitalista obtém **não se pode explicar pela troca**, quer dizer, dizendo que vende os produtos por um preço superior àquele que eles valem.

**Então como se explica que os capitalistas, vendendo os produtos pelo seu valor, consigam obter uma certa margem de lucro?**

Este problema só se pode resolver se entre as mercadorias que o capitalista necessita de comprar para produzir, encontrarmos **uma mercadoria especial** que tenha a particularidade de produzir **mais valor** ao ser usada pelo capitalista, do que o valor que ele paga por ela no mercado.

Quais são as mercadorias que o capitalista compra para produzir?

São as matérias-primas, os instrumentos de produção, a força de trabalho, etc.

---

[5] A força de trabalho é a energia gasta pelo trabalhador durante um dia de trabalho. Ver CEP n.º 1



**Qual delas, ao ser usada, produz valor?**

Se a origem do valor é o trabalho humano, como vimos anteriormente, a mercadoria especial só pode ser a força de trabalho humano. É a **única mercadoria capaz de criar valor**, e por isso, a única que pode produzir **mais valor**.

Antes de analisar as condições em que a força de trabalho produz mais valor para o capitalista, vejamos em que condições a força de trabalho se converte em mercadoria.

## 2. A força de trabalho como mercadoria e o seu valor [5]

A força de trabalho não era uma mercadoria nem no esclavagismo, nem no modo de produção feudal; nestes modos de produção os trabalhadores não vendiam a sua força de trabalho. No primeiro caso, toda a sua pessoa pertencia ao amo; no segundo caso, existia um determinado tipo de relação de dependência que obrigava o servo a realizar uma certa quantidade de trabalho para o senhor.

**Quais são então as condições necessárias para que a força de trabalho seja uma mercadoria?**

Primeiro: A existência dum trabalhador que não seja obrigado a trabalhar para um determinado patrão, que possa mudar dum lugar para o outro, oferecendo a sua força de trabalho. O escravo, o camponês ligado à terra, não podiam vender a força de trabalho, não eram livres para oferecê-la no mercado de trabalho.

Segundo: A existência dum trabalhador, que não tenha os meios de produção que a sociedade utiliza,

e que por isso não pode trabalhar por conta própria.

Por exemplo, um pequeno sapateiro que fabrique sapatos tem alguns meios de produção muito simples (máquina de coser, faca para cortar o couro, pincel para pintar, couro, tintas, etc.), mas com estes meios de produção não pode competir com as fábricas modernas de sapatos. Ele demora três dias para fazer um par de sapatos, enquanto as fábricas modernas produzem 20 pares em três dias. Estas baixam o preço dos sapatos, mas o nosso sapateiro não pode baixá-lo mais, para não ter prejuízo. Cedo ou tarde, vê-se obrigado a deixar o ofício e a juntar-se ao grande exército de trabalhadores que vendem a sua força de trabalho a quem possui os meios de produção modernos, o capitalista.

Em consequência, no sistema capitalista o operário é um **vendedor** da sua própria força de trabalho, e o capitalista é o comprador dessa mercadoria que se oferece no mercado.

Como toda a mercadoria, a força de trabalho vende-se por um determinado preço, que é o salário que o capitalista paga aos operários. Este preço da força de trabalho é determinado pelo seu valor.

Vejamos de que depende **o valor desta mercadoria chamada força de trabalho.**

Se o valor duma mercadoria depende do tempo de trabalho socialmente necessário para a produzir, como aplicar esta lei do valor à força de trabalho?

Parece difícil aplicar isto à força de trabalho, já que esta não se produz nas fábricas, sendo o resultado da reprodução natural dos seres humanos.

Todavia, um exame atento do funcionamento do sistema capitalista faz-nos ver que a mercadoria «força de trabalho» não é uma excepção, nem um tipo diferente de mercadoria em relação a esta lei do valor.





O operário deve trabalhar para o capitalista durante o tempo que é indicado no contrato de trabalho. Ora bem, trabalhando, actuando sobre os objectos da natureza, o operário gasta uma certa quantidade da sua força muscular, nervosa, cerebral, quer dizer, uma certa quantidade de energia.

Para conservar a força de trabalho, deve repor todos os dias a energia gasta. E por isso deverá comer uma certa quantidade de alimentos, ter onde dormir e com que abrigar-se, quer dizer, necessita de consumir uma certa quantidade de bens de consumo: alimentos, roupa, casa, etc. O valor destes bens que repõem a energia gasta, que a reproduzem continuamente, deve estar integrado no valor da força de trabalho.

Por outro lado, é necessário que esta força **chegue constantemente ao mercado,** e para isso é necessário assegurar que os operários tenham filhos, para que não faltem novos operários. O trabalhador deve ter, por isso, os meios suficientes para manter uma família. Se um operário tem mulher e cinco filhos e o salário que recebe chega para comprar apenas os meios de subsistência para ele, é evidente que terá que repartir estes meios por toda a família e não poderá repor assim toda a energia gasta. Portanto, a manutenção da família deve estar compreendida obrigatoriamente no valor da força de trabalho.

Para além disso, o operário tem necessidades que correspondem ao seu grau de cultura e ao nível geral de desenvolvimento do seu país, que também devem ser consideradas. Esta é uma das razões que explicam as variações de salários nos diferentes países. O operário europeu ou norte-americano ganha muito mais que o operário português.

Por último, no caso dos operários especializados, é necessário ter em conta o valor dos bens que o





operário consome durante o tempo que duram os estudos de especialização (alimentos, roupa, habitação, livros, material escolar, etc,).

Aqui está a explicação dos salários mais altos para os trabalhadores especializados.

Em resumo, para determinar o valor da força de trabalho temos que somar o valor de todos estes bens que a mantêm, que a reproduzem continuamente. Por outras palavras, temos que ter em

conta o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens que o operário consome para manter-se como operário.

> **O VALOR DA FORÇA DE TRABALHO é igual ao valor de todos os produtos que são necessários para a sua conservação e reprodução numa sociedade determinada. Quer dizer, é igual ao tempo de trabalho necessário para produzir esses bens de consumo.**

Neste valor há que considerar os seguintes pontos:

a) as suas necessidades básicas e as da sua família;
b) necessidades culturais;
c) grau de especialização.





Quando existe uma oferta de trabalho igual à procura o capitalista vê-se obrigado a pagar a força de trabalho mais ou menos pelo seu valor.

Nos países dependentes, no entanto, isso não se passa assim. Pagam-se geralmente salários menores que o valor da força de trabalho, devido ao grande desemprego [6], que faz com que seja sempre maior a quantidade de trabalhadores que procuram emprego que a quantidade de trabalho que se oferece no mercado. Sendo a oferta desta mercadoria maior que a procura, os capitalistas pagam um preço inferior ao valor da força de trabalho, pagam «salários de fome» que não conseguem suprir as necessidades dos operários.

## 3. A formação da mais-valia

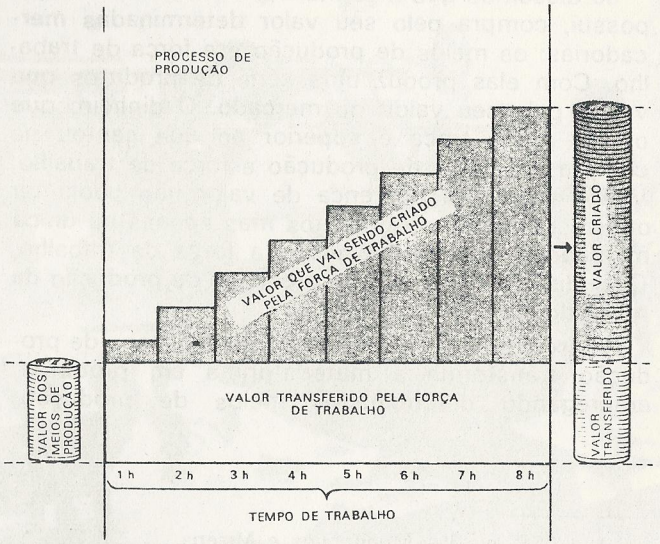
Já dissemos que o capitalista com o dinheiro que possui, compra pelo seu valor determinadas mercadorias: os meios de produção e a força de trabalho. Com elas produz uma série de produtos que vende pelo seu valor, no mercado. O dinheiro que obtém nesta troca é superior ao que gastou na compra de meios de produção e força de trabalho. Vimos que essa diferença de valor não podia ter origem na venda de produtos mas apenas na **única mercadoria que produz valor**: a força de trabalho. Quer dizer, **tem de sair do processo de produção de mercadorias.**

A força de trabalho em qualquer processo de produção transforma a matéria-prima em produtos, empregando determinados meios de produção.

---

[6] Ver CEP. n.º 3 — Monopólios e Miséria.

Dissemos antes que o valor de qualquer mercadoria se deve à quantidade de trabalho que tem incorporado. Ora bem, num determinado processo de produção (por exemplo, produção de tecidos de algodão) o operário junta o seu trabalho (tecer, neste caso) ao trabalho que já está incluído nos meios de produção (no algodão e nas máquinas). Assim, o valor do produto, o tecido, é formado pelo valor dos meios de produção que o operário **transfere** para o produto, mais o novo valor que ele próprio ao trabalhar, ao tecer, **está a criar.**











Vejamos primeiro como se pratica esta transferência de valor dos meios de produção para o produto ou mercadoria.

O caso da matéria-prima não é difícil de compreender: ela desaparece no processo de produção visto ser totalmente transformada em produto. O algodão, por exemplo, desaparece para se transformar em tecido. A força de trabalho transfere, portanto, **em cada fase do processo de produção todo o valor** das matérias-primas para o produto.

Já o caso das máquinas é diferente. Uma máquina, por exemplo, um tear mecânico, pode usar-se em vários processos de produção, quer dizer, no fabrico de tecidos durante vários anos. Mas não dura sempre: à medida que se usa envelhece, gasta-se. Se supusermos que dura uns 10 anos, podemos dizer que em cada ano perde um décimo do seu valor. Quer dizer que em cada ano a força de trabalho transfere para a mercadoria essa quantidade de valor.

Se a máquina vale 100.000 escudos, o que significa que tem essa quantidade de dinheiro incorporado sob a forma de trabalho, em cada ano a força de trabalho transferirá para as mercadorias produzidas a quantidade de 10.000 escudos (100.000 : 10 = 10.000). Se se produzirem 5000 metros de tecido por ano com essa máquina, em cada metro são incorporados 2 escudos (10.000: 5.000 = 2), que é a quantidade de valor da máquina que a força de trabalho transferiu para a mercadoria.

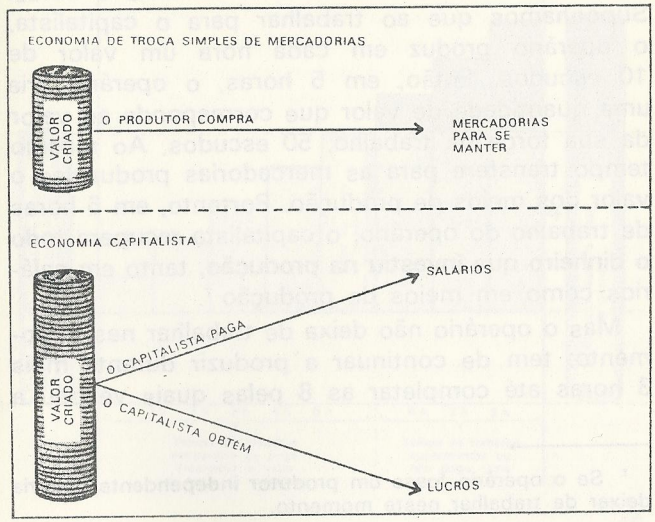
Por este processo a força de trabalho transfere o valor das máquinas a pouco e pouco e não de uma só vez como no caso das matérias-primas.

Vemos então que os meios de produção por si sós **não criam nenhum velor** no decorrer do processo de produção. O seu valor só pode ser transferido para o produto pela força de trabalho que, **ao mesmo tempo, lhe acrescenta novo valor.**



Em qualquer processo de produção, o valor que se **junta** aos meios de produção deve-se ao trabalho que os transforma numa mercadoria nova. Deste trabalho sai o único **valor que se cria** em cada processo de produção. Isto acontece tanto na produção capitalista como na pequena produção independente. No entanto, neste último caso, o pequeno produtor pode deixar de trabalhar, isto é, de produzir mercadorias, quando o valor que nelas tenha incorporado chegar para trocá-las pelas mercadorias de que necessita para viver, ou seja, para manter a sua força de trabalho.

Em regime capitalista, do valor criado no processo de produção sai não só o **valor da força do trabalho** do operário como também o **lucro** do capitalista.



De maneira que em regime capitalista de produção deve haver algo muito especial na forma como o capitalista usa a força de trabalho do operário.

**Que acontece quando a força de trabalho é uma mercadoria? Quando o dono dos meios de produção impõe as condições em que trabalham os operários, que vendem a sua força de trabalho porque não possuem meios de produção?**

. O capitalista e o operário encontram-se no mercado de trabalho. O operário oferece como mercadoria a sua força de trabalho. O capitalista comprou-a por uma determinada quantidade de dinheiro, para fazê-la trabalhar durante uma certa quantidade de tempo por dia.

Suponhamos que o capitalista comprou a força de trabalho pelo seu valor, por exemplo, 50 escudos por 8 horas de trabalho diário. Com isso pagou ao operário o valor dos produtos que este consome para se manter quando trabalha durante 8 horas. Suponhamos que ao trabalhar para o capitalista, o operário produz em cada hora um valor de 10 escudos. Então, em 5 horas, o operário cria uma quantidade de valor que corresponde ao valor da sua força de trabalho, 50 escudos. Ao mesmo tempo transfere para as mercadorias produzidas o valor dos meios de produção. Portanto, em 5 horas de trabalho do operário, o capitalista **recupera todo o dinheiro que investiu na produção,** tanto em salários como em meios de produção [7].

Mas o operário não deixa de trabalhar neste momento; tem de continuar a produzir durante mais 3 horas até completar as 8 pelas quais vendeu a

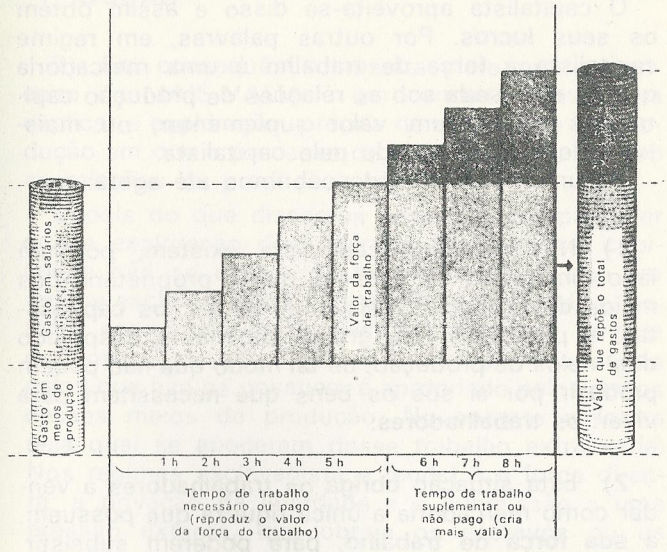
[7] Se o operário fosse um produtor independente poderia deixar de trabalhar neste momento.



sua força de trabalho. **Tudo o que produz nestas últimas 3 horas é lucro para o capitalista.**

Desta forma descobrimos que o capitalista obtém os seus lucros **apoderando-se de todo o trabalho que o operário continua a despender** após ter criado ou reproduzido um valor igual ao seu salário.

> Chama-se **MAIS-VALIA** ao valor suplementar que o operário produz durante todo o tempo suplementar em que continua a trabalhar depois de reproduzir o valor da sua força de trabalho.



A jornada de trabalho divide-se então em dois períodos que têm um significado muito diferente.

**Chama-se TEMPO DE TRABALHO NECESSÁRIO ou PAGO ao tempo de trabalho durante o qual o operário reproduz o valor da sua força de trabalho.**

**Chama-se TEMPO DE TRABALHO SUPLEMENTAR ou NÃO PAGO ao tempo durante o qual o operário cria mais-valia para o capitalista.**

Podemos concluir então que a força de trabalho tem uma característica especial: ao ser usada pode criar **mais valor** que o necessário para se manter, para reproduzir o seu valor. Quer dizer, não só cria valor, como tem a capacidade de produzir um **valor suplementar.**

O capitalista aproveita-se disso e assim obtém os seus **lucros.** Por outras palavras, em regime capitalista a força de trabalho é uma mercadoria que ao ser usada sob as relações de produção capitalistas produz um valor suplementar, ou mais-valia, que é apropriado pelo capitalista.

Resumamos o que descobrimos até agora:

1) Na sociedade capitalista existem, por um lado, um grupo de pessoas que é proprietária dos meios de produção mais importantes: **os capitalistas,** e por outro, um grupo totalmente despojado dos meios de produção, de tal modo que não podem produzir por si sós os bens que necessitam para viver: **os trabalhadores.**

2) Esta situação **obriga** os trabalhadores a vender como mercadoria a única riqueza que **possuem,** a **sua força de trabalho,** para poderem subsistir



3) Os capitalistas compram no mercado esta mercadoria que tem a característica especial de ser a **fonte criadora de todo o valor** e usam-na para produzir mais valor de que necessitam para compensar o que pagaram por ela. É assim que os capitalistas obtêm os seus lucros, apoderando-se desse valor suplementar produzido pelos trabalhadores.

4) Esta relação que se estabelece entre os capitalistas e os operários é uma **relação de exploração,** pois os capitalistas, donos dos meios de produção, apoderam-se dos frutos do trabalho dos trabalhadores, que não possuem esses meios de produção.

**Às relações que se estabelecem entre os indivíduos, dependendo do lugar que ocupam no processo de produção, lugar esse que depende da posse ou não dos meios de produção, chamar-lhes-emos RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO.**

5) Em consequência, resulta claro que o conceito de MAIS-VALIA é um conceito chave para explicar a exploração, própria de um regime de produção em que o processo de trabalho se realiza sob as relações de produção capitalistas.

Depois do que dissemos podemos compreender que a exploração dos operários em sistema capitalista não se exerce da mesma maneira que em regime esclavagista ou regime feudal. Em todo o sistema económico onde existe propriedade privada dos meios de produção, o trabalho extra criado pelos que não os possuem é apropriado pelos donos desses meios de produção. No entanto a forma pela qual se apoderam desse trabalho extra varia. Nos regimes esclavagista e feudal é a força directa, a privação da liberdade e a submissão a uma pressão externa, que obriga os escravos ou os

servos a trabalhar para o senhor. Sem esse poder directo sobre os homens, os senhores não teriam podido apoderar-se do trabalho dos que lhes estão submetidos, já que, ao libertarem-se, os escravos ou os servos teriam podido produzir independentemente dos senhores o que necessitassem para viver.

No sistema capitalista, a força que obriga o operário «livre e soberano» a submeter-se à exploração capitalista é muito mais eficaz. É a força das necessidades vitais. Se não se submete **às condições económicas impostas pelo sistema,** isto é, se não oferecer o seu trabalho «voluntariamente» ao capitalista, morre de fome pois não possui os meios para produzir o que necessita para subsistir.

Assim, em condições normais, sem ter de recorrer à força directa ou a outras formas de pressão, o capitalista apodera-se do trabalho dos operários. Dizemos **em condições normais,** visto que basta que os operários através das suas lutas ponham seriamente em perigo o lucro ou a propriedade dos meios de produção dos capitalistas, para que estes recorram à polícia ou ao exército para reprimir os trabalhadores.

## 4. O capital como factor da produção

Nos parágrafos anteriores temos falado dos capitalistas e dos operários, dando por compreendido que chamamos «capitalistas» aos donos do capital.

### Mas que se entende por capital?

Muitas pessoas pensam que capital é a mesma coisa que dinheiro e chamam capitalista a todo aquele que conseguiu juntar uma certa quantidade de dinheiro. Evidentemente que estão equivocados.









O dinheiro que um avarento guarda ciosamente no fundo de uma arca, sem nunca lhe mexer, não é capital. Também não é capital o dinheiro que recebe um trabalhador como salário e que gasta na compra de uma série de bens de consumo para si e para a sua família.

Para que o dinheiro se transforme em capital é necessário que este seja gasto na compra de mercadorias que permitam ao dono do dinheiro não só recuperar esse dinheiro, como obter **mais** dinheiro depois de ser usado no processo de produção.

Quer isso dizer então que só é capital o dinheiro que se emprega na compra da força de trabalho?

Não, porque no processo de produção capitalista não participa apenas a **força de trabalho;** são também necessários os meios de produção: matérias-primas, máquinas, edifícios, etc.

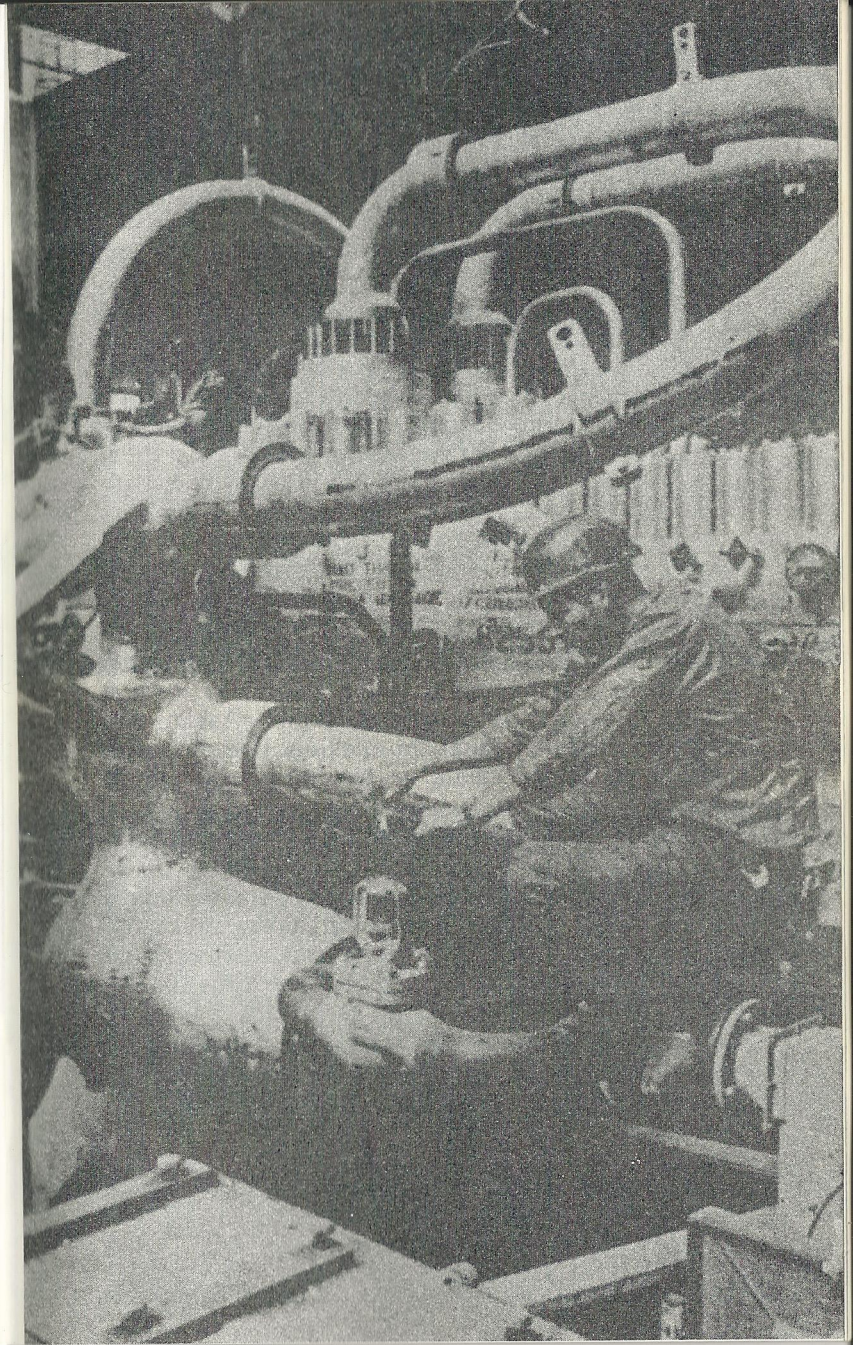
**Portanto, chamaremos CAPITAL ao dinheiro que se emprega na compra de meios de produção e de força de trabalho, sempre que sejam destinados a obter mais-valia.**

O dinheiro não é portanto capital devido às suas qualidades naturais, mas só e apenas quando é empregue na compra de meios de produção e de força de trabalho, com vista à obtenção de mais-valia.

As máquinas paradas ou guardadas num armazém também não são capital. Só podem ser consideradas como capital quando participam no processo de produção de mais-valia.

O mesmo acontece com a força de trabalho. O dinheiro que se investe na compra da força de trabalho para realização de, por exemplo, trabalhos domésticos, não se pode considerar como capital. Neste caso a força de trabalho não produz mais-valia, gasta-se em serviços prestados aos seus patrões.





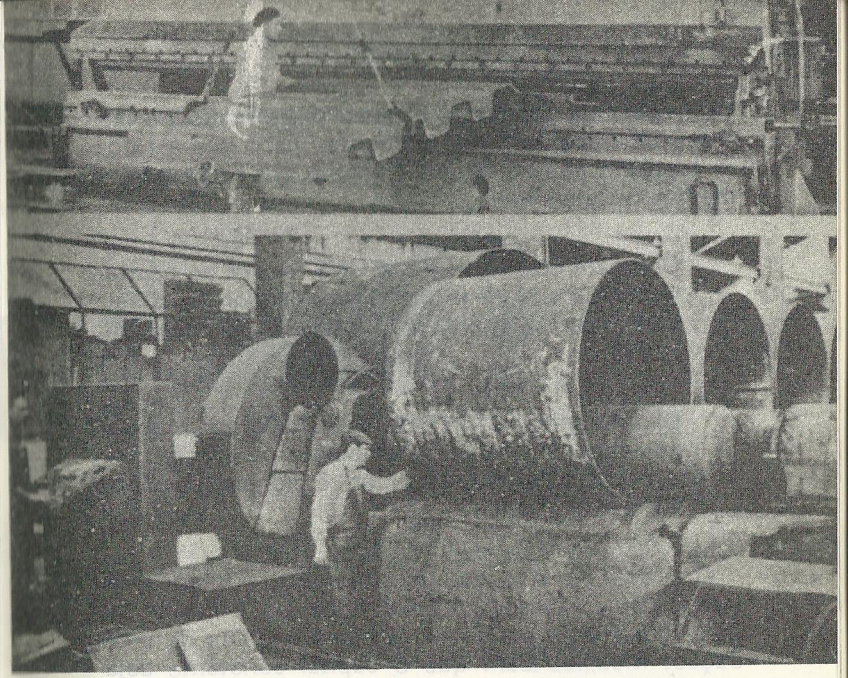
Os meios de produção e a força de trabalho só representam capital quando são empregues em determinadas relações de produção: as relações de produção capitalistas, que permitem aos capitalistas obter cada vez mais dinheiro do que aquele que eles investem na produção. Já vimos que estas relações se mantêm, se reproduzem constantemente [8]. Isto porque, por um lado, os capitalistas se reproduzem como capitalistas, visto que a mais-valia de que se apropriam lhes possibilita a compra de mais meios de produção e de força de trabalho que por seu turno irá produzir mais mais-valia; por outro, os operários reproduzem-se como operários, pois o salário que ganham só lhes chega para comprar as mercadorias de que necessitam para sobreviver e, portanto, vêem-se obrigados a continuar a vender a sua força de trabalho.

Como este processo se repete, o capital transforma-se numa «força social» obrigando uma parte cada vez maior da população a vender a sua força de trabalho, aumentando assim cada vez mais a riqueza e o poder dos donos do capital. Assim, não podemos falar de capital em qualquer tipo de sociedade: o capital só existe no sistema capitalista de produção.

Como já vimos o trabalho humano não tem só a capacidade de criar valor, mas também a de transferir o valor dos meios de produção para o produto ou mercadoria. De maneira que, neste processo, de todo o dinheiro que o capitalista investe na produção, somente o que investe em força de trabalho aumenta o valor. É por isso que na totalidade do capital que é investido pelo capitalista na produção, se distinguem duas partes: uma parte investida em meios de produção e que não aumenta, por apenas se dar uma transferência do seu

[8] Ver CEP n.º 1, Explorados e Exploradores.







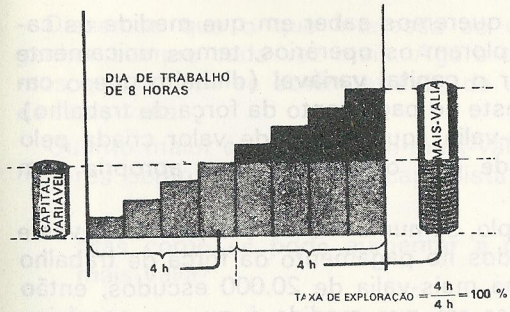
valor para os produtos, e outra parte investida em força de trabalho è que aumenta, visto que a força de trabalho não só **cria valor como cria valor suplementar** ou mais-valia.

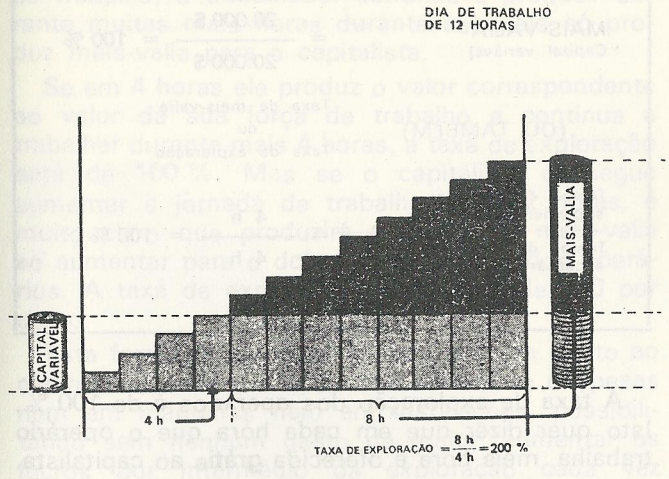
**Chamaremos CAPITAL CONSTANTE ao capital investido em meios de produção porque o seu valor não se modifica durante o processo de produção.**

**Chamaremos CAPITAL VARIÁVEL ao capital investido em força de trabalho, pois esta produz um valor suplementar, e por conseguinte faz variar o valor.**

Ora bem, sem o capital constante é impossível criar-se mais-valia, já que a força de trabalho só pode dar frutos pondo em acção os meios de produção. Mas, se bem que o capital constante seja a condição material necessária para a criação de mais-valia, ela é apenas criada pelo trabalho. Portanto, não influi na produção de mais-valia a quantidade de capital constante que existe. A mesma quantidade de mais-valia pode ser produzida com capitais constantes muito diferentes. Comparemos uma fábrica com 20 operários que usa máquinas e técnicas modernas, o que significa ter investido um capital constante muito elevado, com uma outra também com 20 operários, mas com maquinaria mais atrasada empregando portanto um capital constante muito menor. Se ambos os capitalistas investirem o mesmo capital variável, que recuperam pagando aos seus operários apenas com 4 das 8 horas que eles realizam, então ambas as fábricas obteriam **a mesma mais-valia.** Vemos portanto que apesar dos capitais constantes serem distintos, a mais-valia é a mesma porque os capitalistas se apropriam da mesma quantidade de valor criado pelos





operários nas 4 horas de trabalho não pago. (Ver esquema pág. 55).

Assim se queremos saber em que medida os capitalistas exploram os operários, temos unicamente de comparar o **capital variável** (dinheiro que o capitalista investe no pagamento da força de trabalho) com a **mais-valia** (quantidade de valor criada pelo operário e de que o capitalista se apropria sem nada pagar).

Por exemplo, se numa fábrica o capitalista investe 20.000 escudos no pagamento da força de trabalho e obtém uma mais-valia de 20.000 escudos, então para se saber em que medida é que os operários são explorados, divide-se a mais-valia pelo capital variável.

$$\frac{\text{MAIS-VALIA}}{\text{Capital variável}} = \frac{20.000\ \$}{20.000\ \$} = 100\ \%$$

Taxa de mais-valia
ou
Taxa de exploração

(OU TAMBÉM)

$$\frac{\text{Tempo de trabalho suplementar não pago}}{\text{Tempo de trabalho necessário ou pago}} = \frac{4\ h}{4\ h} = 100\ \%$$

A taxa de exploração dos operários é de 100 %. Isto quer dizer que em cada hora que o operário trabalha, meia hora é oferecida **grátis** ao capitalista.

**Chama-se TAXA DE EXPLORAÇÃO ou TAXA DE MAIS-VALIA à relação que mede o grau de exploração da força de trabalho.**



## 6. A mais-valia absoluta e a mais-valia relativa

Dissemos que o que interessa ao capitalista é ganhar sempre cada vez mais. Agora compreendemos que isto só se obtém através de um aumento de mais-valia.

Quanto maior é o volume de mais-valia produzida maiores serão os lucros do capitalista.

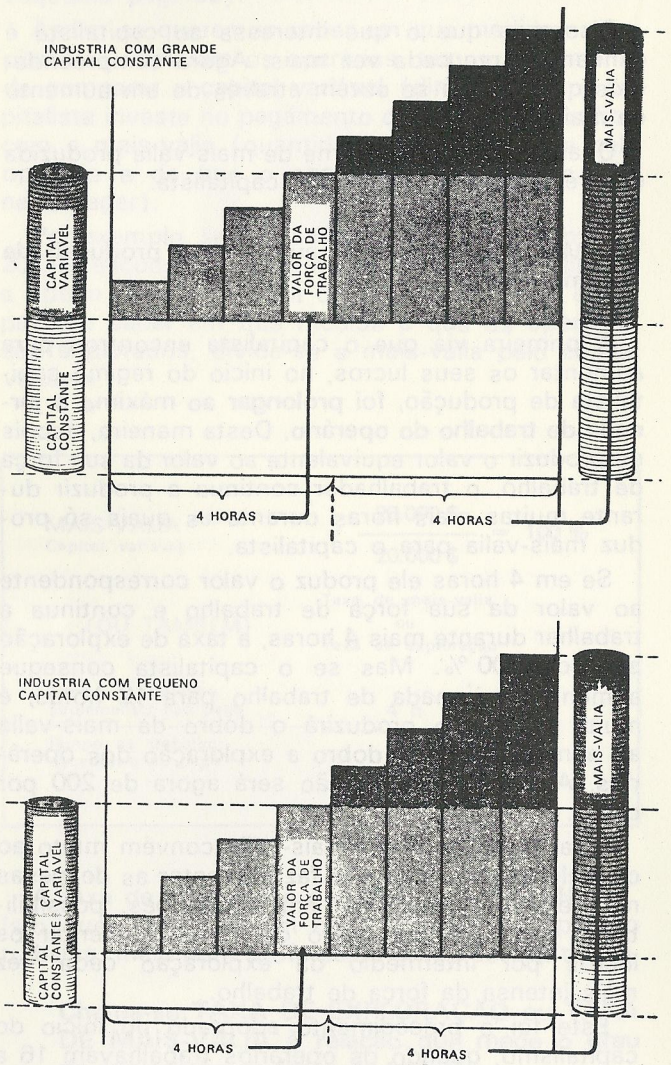
### Mas como se pode aumentar a produção de mais-valia?

A primeira via que o capitalista encontrou para aumentar os seus lucros, no início do regime capitalista de produção, foi **prolongar ao máximo a jornada de trabalho do operário.** Desta maneira, depois de produzir o valor equivalente ao valor da sua força de trabalho, o trabalhador continua a produzir durante muitas mais horas durante as quais só produz mais-valia para o capitalista.

Se em 4 horas ele produz o valor correspondente ao valor da sua força de trabalho e continua a trabalhar durante mais 4 horas, a taxa de exploração será de 100 %. Mas se o capitalista consegue aumentar a jornada de trabalho para 12 horas, é muito claro que produzirá o dobro da mais-valia ao aumentar para o dobro a exploração dos operários. A taxa de exploração será agora de 200 por cento.

Esta forma de obter mais-valia convém muito ao capitalista, visto que não faz aumentar as despesas nem em máquinas nem em instalações, possibilitando sem nenhum gasto de maior, aumentar os lucros por intermédio da exploração cada vez mais intensa da força de trabalho.

Este foi o procedimento adoptado no início do capitalismo, quando os operários trabalhavam 16 a 18 horas diárias. Mas não se pode prolongar inde-




finidamente o dia de trabalho. Existem limites físicos e históricos que o impedem.

**Físicos,** já que se o trabalhador trabalha durante muito tempo, não pode descansar o suficiente para repor a energia gasta, produzindo-se um esgotamento intensivo, que fará baixar o seu rendimento.

**Históricos,** já que à medida que se desenvolve o capitalismo se desenvolve também a classe operária, que se organiza e começa a opor resistência combativa à exploração capitalista. Através de difíceis e duras lutas vai conseguindo reduzir a jornada de trabalho, obrigando os capitalistas a procurar outras formas de aumentar os seus lucros.

Os capitalistas não podem agora aumentar os seus lucros alargando a jornada de trabalho; pelo contrário, muitas vezes, pressionados pelas lutas dos operários, vêem-se obrigados a diminuí-la.

**Como podem os capitalistas, nestas condições, continuar a obter mais lucros, sem o que não poderiam continuar a existir como capitalistas?**

Os capitalistas percebem que podem aumentar os lucros se conseguirem que os operários rendam ao máximo durante o dia de trabalho agora mais curto. Fazem estudos para ver quais os movimentos absolutamente necessários para realizar um determinado tipo de trabalho, tratando de suprimir todos os movimentos supérfluos. Para além disso, instalam música, melhor iluminação, etc., não por sentimentos humanitários mas porque isso contribui para que se produza mais. Aumenta-se assim extraordinariamente o ritmo do trabalho e os capitalistas conseguem então que os operários produzam mais do que quando trabalhavam mais tempo.

No entanto, a **intensificação do trabalho** tem um limite, e chega-se a uma dada altura em que o trabalhador atinge o esgotamento físico e mental não podendo portanto o capitalista continuar a aumentar os lucros por este processo.





Então, novamente os capitalistas buscam outra forma de continuar a ganhar cada vez mais.

Mas como fazê-lo?

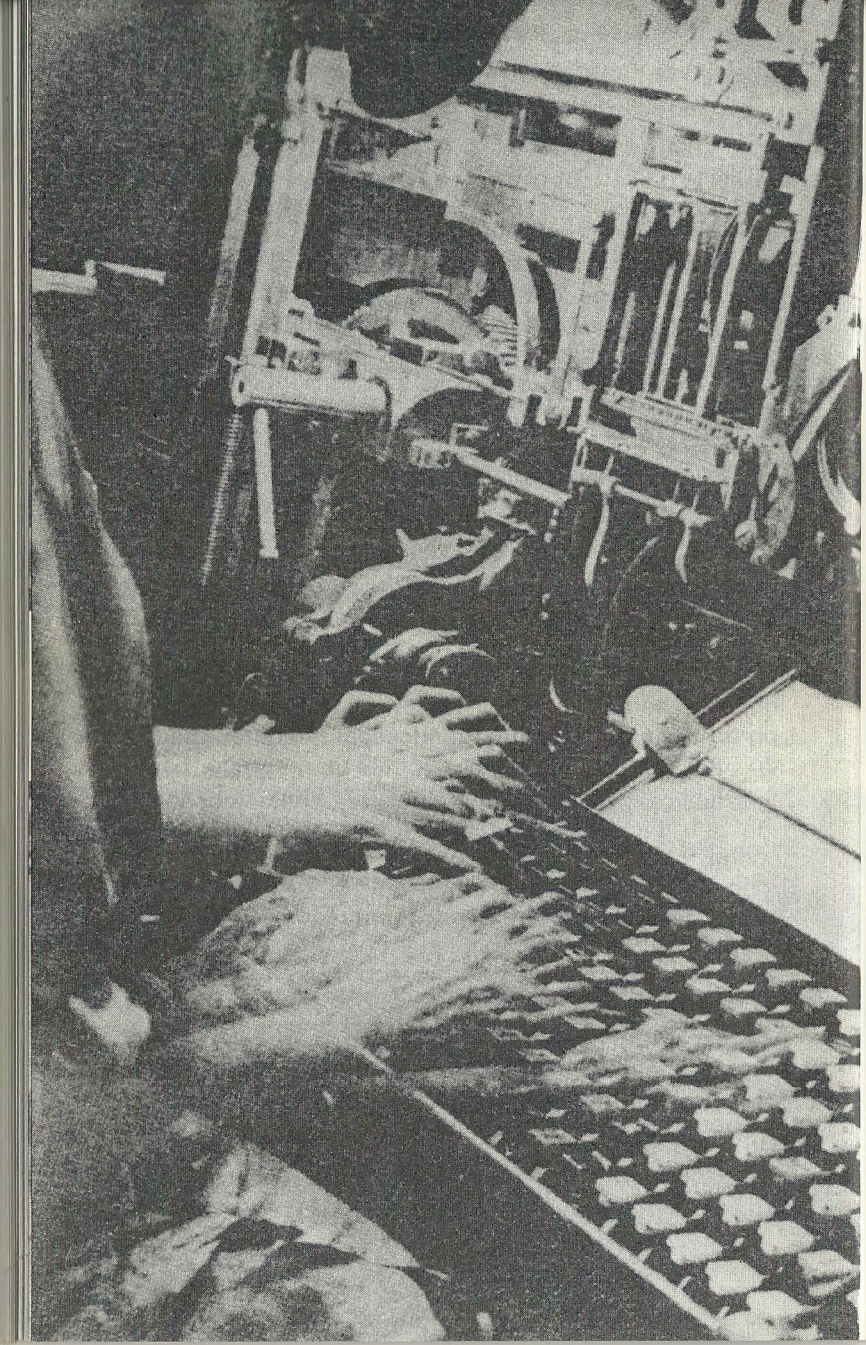
O capitalista individual, ao introduzir uma máquina melhor, consegue produzir a custos mais baixos que os seus competidores.

Um tear moderno consegue produzir muito mais metros de tecido numa hora de trabalho do que um antigo; assim, cada metro de tecido sai mais barato, visto incluir menos horas de trabalho incorporadas.

Este capitalista, ao produzir a custos inferiores, consegue obter um lucro maior do que o resto dos capitalistas que continuam a produzir com máquinas antigas, e portanto a custos maiores.

Exemplificando: se um único capitalista começa a utilizar na sua fábrica teares modernos que produzem tecido num tempo muito inferior ao anterior, isto influenciará muito pouco no tempo de trabalho socialmente necessário, já que **todos** os outros capitalistas continuam a produzir com teares antigos que necessitam de maior tempo de trabalho. O tempo de trabalho socialmente necessário é então **maior** do que o que o nosso capitalista emprega para produzir o seu tecido, e portanto o **valor individual** do seu tecido será menor do que o **valor social**. Como o preço de venda das mercadorias é determinado pelo valor social e não pelo valor individual, o preço do tecido no mercado **é superior** ao custo de produção do nosso capitalista. Portanto, este capitalista ao vender o tecido ao preço de venda do mercado obtém um lucro maior que os outros capitalistas.

A este lucro chamaremos **«lucro extraordinário»**, porque o capitalista individual não pode continuar a obter desta forma lucros durante muito tempo. Outros capitalistas desejosos de ganhar mais, começam também a empregar nas suas fábricas as novas máquinas, com o que obrigam a baixar o valor social

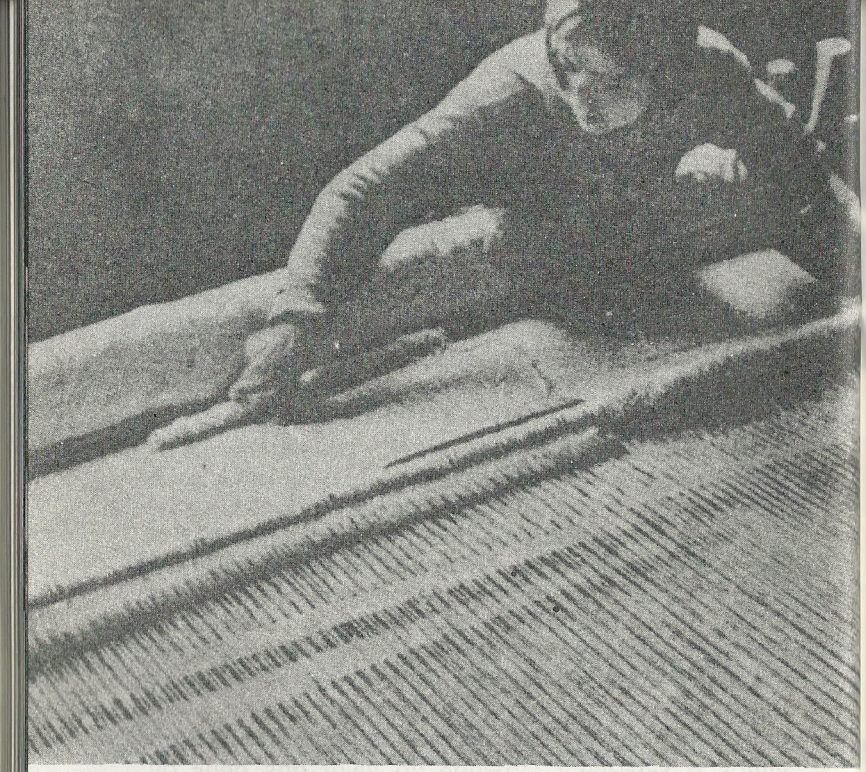


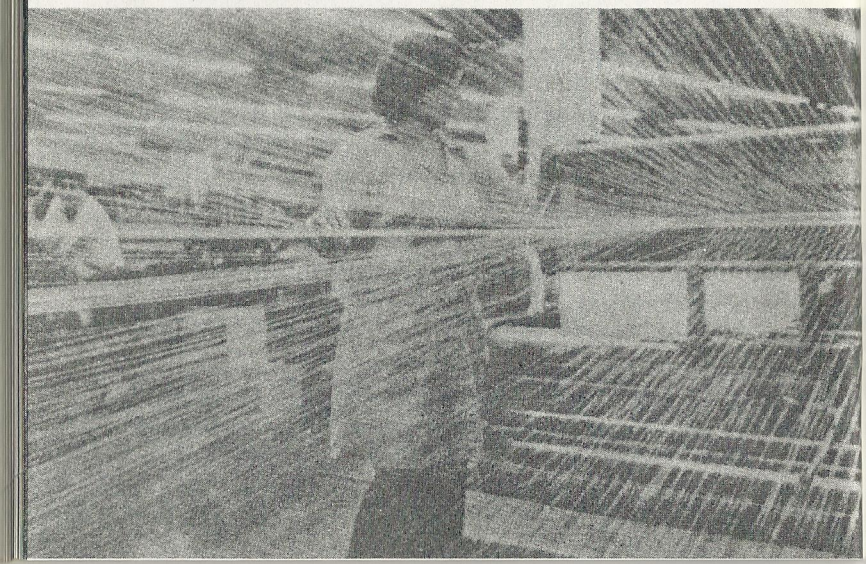
das mercadorias desse ramo de produção. Desta maneira, **todos** os capitalistas se vêem obrigados a ir aperfeiçoando continuamente as máquinas, visto que se não o fazem, não serão capazes de competir com os outros capitalistas do seu ramo. Se algum capitalista fica para trás, se não procura aumentar a produtividade do trabalho ao ritmo dos outros, os seus custos de produção serão mais elevados. Então, como é obrigado a vender a um preço aproximado do preço de mercado, que diminuiu, ganhará menos até que chegue o dia em que não ganhará nada, vendo-se obrigado a fechar a fábrica.

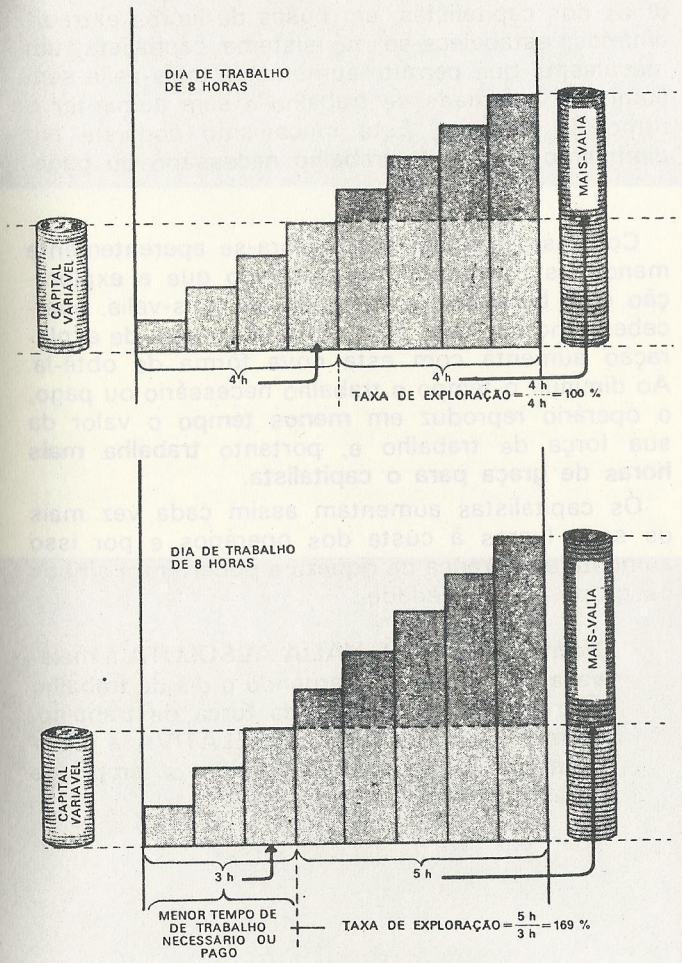
Na história do desenvolvimento do sistema capitalista, chega um momento em que as máquinas se usam na maioria dos sectores de produção, substituindo-se aos instrumentos manuais de trabalho. Isto aumenta muito o rendimento do trabalho, com o que o valor das mercadorias diminui, já que têm menor quantidade de trabalho incorporado. Ao diminuir o valor das mercadorias e especialmente **o valor dos bens de consumo,** tais como roupas, produtos alimentares, utensílios domésticos, etc., diminui também **o valor da força de trabalho,** pois como vimos o seu valor depende do valor dos bens de que o operário necessita para viver.

Ao baixar o valor da força de trabalho necessita-se de menos tempo de trabalho (do operário) para se repor o seu valor no processo de produção, quer dizer, gasta-se menos tempo do dia de trabalho, **em tempo de trabalho necessário ou pago.**

Antes, fazendo o operário trabalhar 16 horas diárias, 8 para produzir o valor correspondente à sua força de trabalho e 8 para produzir a mais-valia para o capitalista, obtinha-se uma taxa de mais-valia de 100 %. Agora, reduzido o dia de trabalho para 8 horas, pode-se obter os mesmos 100 % de taxa de mais-valia, desde que o trabalho necessário ou pago se reduza a 4 horas. E se se conseguir reduzir






DIA DE TRABALHO
DE 8 HORAS
CAPITAL VARIAVEL
MAIS-VALIA
4 h
4 h
4 h
TAXA DE EXPLORAÇÃO = 4 h / 4 h = 100 %
DIA DE TRABALHO
DE 8 HORAS
CAPITAL VARIAVEL
MAIS-VALIA
3 h
5 h
MENOR TEMPO DE
DE TRABALHO
NECESSARIO OU
PAGO
TAXA DE EXPLORAÇÃO = 5 h / 3 h = 169 %

a menos horas, a taxa de mais-valia aumentará para mais de 100 %.

Desta maneira, através das motivações individuais dos capitalistas, em busca de lucros extraordinários, estabelece-se, no sistema capitalista, um mecanismo que permite aumentar a mais-valia sem aumentar a jornada de trabalho e sem aumentar o ritmo de trabalho. Este mecanismo consiste em **diminuir o tempo de trabalho necessário ou pago.**

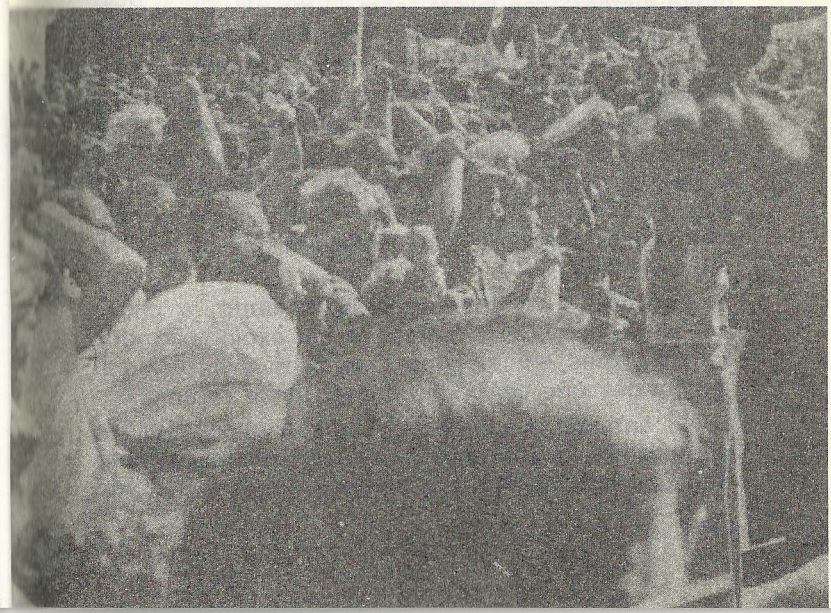
Com este mecanismo, explora-se aparentemente menos os operários, mas sabendo que a exploração está baseada na obtenção de mais-valia, apercebemo-nos de que, pelo contrário, o grau de exploração aumenta com esta nova forma de obtê-la. Ao diminuir o tempo o trabalho necessário ou pago, o operário reproduz em **menos tempo** o valor da sua força de trabalho e, portanto **trabalha mais horas de graça para o capitalista.**

Os capitalistas aumentam assim cada vez mais os seus lucros à custa dos operários e por isso aumenta a **diferença de riqueza e poder** entre ambos os grupos da sociedade.

> Chamaremos MAIS-VALIA ABSOLUTA à mais-valia que se obtém alargando o dia de trabalho ou intensificando o uso da força de trabalho. Chamaremos MAIS-VALIA RELATIVA à mais-valia que se obtém diminuindo o tempo de trabalho necessário.







# CONCLUSÃO

Vimos através de uma longa explicação, como funciona o sistema capitalista. Só agora podemos responder às nossas perguntas iniciais:

Como se explica a riqueza dos capitalistas?

Como se explica a pobreza em que vivem os trabalhadores?

As riquezas dos capitalistas provêm da exploração da classe operária.

A existência de ricos e pobres é sempre o resultado da exploração, do facto de um pequeno grupo, por ser proprietário dos meios de produção, se apoderar do trabalho da grande maioria que os não possui.

No sistema capitalista, como uma classe, a classe capitalista, possui todos os meios de produção, e a classe operária não possui nenhuns, esta vê-se obrigada a trabalhar para a classe capitalista.

Esta situação permite ao capitalista explorar o operário pagando-lhe um salário cujo valor é muito menor do que o que o operário produz durante o seu dia de trabalho. Esse valor produzido pelo operário e não pago pelo capitalista é o que denominamos MAIS-VALIA.

O conceito de mais-valia é, portanto, a chave que nos permite compreender a exploração dos trabalhadores em sistema capitalista e as diferentes formas que ela pode adoptar neste sistema.

No entanto o exame do sistema capitalista, ao permitir-nos compreender as verdadeiras causas da exploração capitalista, permitiu-nos, por sua vez



compreender que estas são o resultado de um determinado sistema de produção e que, portanto a exploração não é nem eterna nem necessária a todo o regime de produção social.

O conhecimento científico da origem da exploração no sistema capitalista, aponta os mecanismos que é necessário eliminar, para suprimir para sempre essa exploração.

Enquanto a classe operária não possuiu um conhecimento científico da origem da sua situação de explorada, reagiu de uma forma anárquica e espontânea; lançou-se contra as máquinas, porque julgou que destruindo-as destruiria a causa da sua exploração; lutou por melhores salários, acreditando que isso bastaria para suprimir os seus males.

Quando guiados pela grande obra de Karl Marx, **O Capital,** a classe operária conheceu de forma científica a origem da sua exploração, a sua luta deixou de estar centrada apenas nas reivindicações económicas. Desde então dirige a luta fundamentalmente para a destruição do sistema capitalista, para poder implantar um sistema social em que não exista exploração do homem pelo homem: o sistema socialista.

O fim da exploração e a passagem ao socialismo, através da destruição da propriedade privada dos meios de produção e a sua substituição pela propriedade social, é um processo histórico que se desenrola sob diversas formas, de acordo com as condições específicas de cada país.

Tentámos explicar neste caderno, de uma maneira acessível, a origem da exploração capitalista, a produção de mais-valia. Começámos por analisar o processo de produção mercantil simples, para chegarmos ao processo de produção capitalista. Partimos das aparências para a seguir descobrirmos qual é a explicação de fundo do problema. Assim, começámos por analisar os preços para daí chegarmos ao valor. Depois de termos examinado de forma detalhada o conceito de valor e de trabalho socialmente necessário, passámos a definir mais-valia, partindo de uma análise do valor da força de trabalho. Depois para podermos distinguir entre mais-valia absoluta e relativa, definimos capital constante e capital variável. Por último, frisámos como o conceito de mais-valia é a chave que nos permite explicar a exploração dos trabalhadores no sistema de produção capitalista.

Neste Caderno analisámos os seguintes conceitos: valor, tempo de trabalho socialmente necessário, mais-valia, mais-valia absoluta, mais-valia relativa, capital, valor da força de trabalho, capital constante, capital variável.





1. Qual é a relação que existe entre a troca e a divisão de trabalho?
2. Só existe troca de mercadorias em regime capitalista de produção?
3. Qual é a diferença entre uma economia mercantil simples e economia capitalista?
4. Que se entende por mercadoria?
5. Poderá o produtor fixar o preço que quiser aos seus produtos, de acordo com os seus interesses?
6. Por que é que os preços não podem depender da utilidade dos objectos?
7. Por que é que a lei da procura e da oferta não pode explicar as variações de preços?
8. Como se calcula o custo de produção de um objecto?
9. O que é que explica o valor de um objecto?
10. O que é que entende por lei do valor?
11. Que se entende por tempo de trabalho socialmente necessário?
12. Por que é que não se pode obter mais-valia através da troca?
13. Qual é a mercadoria que ao mesmo tempo que é usada produz mais valor?
14. Quais as condições sociais requeridas para que exista no mercado, como mercadoria, a força de trabalho?

15. Como se calcula o valor da força de trabalho?
16. Que se entende por tempo de trabalho necessário ou pago?
17. Que se entende por tempo de trabalho suplementar ou não pago?
18. Que se entende por capital?
19. Que se entende por capital constante?
20. Que se entende por capital variável?
21. Como é que o capitalista obtém mais-valia quando se diminui a duração do dia de trabalho?
22. Como se obtém mais-valia sem aumentar a jornada de trabalho e sem aumentar o ritmo do trabalho?
23. Por que é que é importante que a classe operária compreenda o que é a mais-valia?

**NOTA DOS ADAPTADORES**

Pedimos aos nossos leitores, e especialmente aos trabalhadores, que nos façam chegar as suas opiniões, as suas críticas, as suas perguntas para irmos melhorando cada vez mais esta série, de modo a que ela cumpra de maneira cada vez mais efectiva os objectivos fixados. Para isso devem dirigir-se a:

**Apartado n.º 4153 — Lisboa**





## I. Textos Pedagógicos

1. **LAPIDUS e OSTROVITIANOV**

Livro I. O trabalho, origem do valor
Livro II. A produção de mais-valia
Livro III. O Salário.
No livro de M. Harnacker:
O Capital, conceitos fundamentais.
Iniciativas Editoriais — 1974.

2. **MANDEL, E.**

Traité d'économie marxiste — vol. I, capítulos II e III. Colecção 10/18.

3. **BABY, JEAN**

Leis fundamentais da Economia Política. Caderno Textuais. 1972.

## II. Textos Clássicos

1. **MARX, K.**: O Capital. Edições Centelha. Coimbra (em edição).

a) Sobre o conceito de valor, Livro I, Cap. I. (Deixe-se de lado as páginas que se referem à forma do valor: relativa, equivalente, o processo de troca e o dinheiro).
b) A transformação do dinheiro em capital. Livro I. Cap. IV.



c) Produção da mais-valia absoluta. Livro I. Cap. V, VI e VII e cap. VIII só parte.
d) Taxa de mais-valia, Livro I, Cap. IX.
e) A produção de mais-valia relativa, Livro I, Cap. X.
f) A produção da mais-valia absoluta e relativa. Livro I, Caps. XIV, XV, XVI.

2. **MARX, K.** Salário, preço e lucro. 1/Cadernos Latitude. Livraria Latitude. Porto, 1971.
3. **MARX, K.** Trabalho assalariado e capital. 1/ Cadernos para o diálogo. Livraria Latitude. Porto, 1971.

# ALGUNS TÍTULOS DE INICIATIVAS EDITORIAIS

## CADERNOS PONTOS DE VISTA

N.º 1: O Presidencialismo Português 7$50

N.º 2: Cuba é estalinista?
Textos de Heberto Padilla, Fidel Castro, Vargas Llosa, Charles Bettellheim, Alejo Carpentier, etc.
7$50

N.º 3: Portugal pode viver sem as colónias?
Textos de António Guterres, Augusto Mateus, Eduardo Mesquita de Abreu, F. Ramos da Costa, Gilberto Lindim Ramos, João Martins Pereira, Joaquim Aguiar, Manuel Belo, Manuela Silva, Ulpiano F. Nascimento. 25$00

N.º 4: Sobre os sindicatos
Lenine. 30$00

## Colecção «Séc. XX/XXI»

(Nos últimos anos do século a problemática da transição)

As Classes Sociais
por Georges Gurvitch
60$00

O Livro do Rearmamento
por Enrique Ruiz Garcia
50$00

Inquérito à Informação
por Vásquez Montalbán
50$00

A Leste, uma Sociedade mais Justa?
por vários autores
35$00

O Homem e a Cidade!
por Henry Laborit
70$00

A Socialização da Medicina
por vários autores
75$00

## Colecção «Real Imaginário»

(Em busca das dimensões do humano)

### O Massacre

romance de Faure da Rosa

50$00

### A Engrenagem

variação sobre um tema de Sartre, teatro
de José Fernandes Fafe

30$00

### Operários Falam

entrevistas recolhidas por Júlio Graça

100$00

### Quero Entender o Mundo

crónicas de Keil do Amaral

85$00